

Absolutismo

A progressiva centralização política observada desde o Período Medieval, atingiu o seu auge entre os séculos XVI e XVIII, na Idade Moderna, com a hipertrofia das atribuições do poder dos monarcas. Em Estados como França, Portugal, Espanha e Inglaterra, os reis agiram na tentativa de fortalecer seu poder, impondo-se diante das demais camadas sociais. O modo como se organizava o poder monárquico europeu durante esse período é denominado absolutismo.

Não se pode pensar, no entanto, que o poder desses soberanos europeus era exercido de maneira arbitrária. As ações dos reis, em muitos casos, chocavam-se com os interesses de diversos grupos sociais e a eficácia administrativa estava vinculada ao atendimento de determinadas expectativas no interior da sociedade.

No caso da França, por exemplo, a centralização nas mãos dos Bourbon só pôde se consolidar após reformas que reduziram a resistência de grupos como a nobreza. Em Portugal, a concessão das mercês permitia que o rei exercesse, com maior efetividade, o seu poder no interior do Império, enquanto a noção da defesa do “bem comum” impunha limites à atuação do monarca. Ainda no caso português, a preferência pela utilização do termo “Coroa” no lugar de “Rei” demonstra que a última decisão, tomada pelo rei, era fruto do trabalho da burocracia portuguesa.

Ao longo desse processo, várias teorias surgiram na tentativa de justificar a concentração de poder por parte dos monarcas, como a teoria do direito divino dos reis, que afirmava ser o poder temporal monárquico de origem divina. Alguns pensadores, como Maquiavel e Thomas Hobbes, forneceram justificativas laicas para o estabelecimento do poder político absoluto.

SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME

À organização da sociedade europeia, em especial da francesa, que se desenvolveu frente à nova concepção política, foi dado o nome de Antigo Regime. A sociedade do Antigo Regime era marcada por rígida hierarquia e pela presença de privilégios de nascimento. A nobreza e o clero, que repudiavam o trabalho braçal, estavam isentos do pagamento de impostos e possuíam regalias, como o recebimento de pensões e a ocupação de altos cargos públicos.

Os demais segmentos sociais, como camponeses, trabalhadores urbanos e a burguesia, eram responsáveis pelo sustento do Estado e dos grupos privilegiados. A antiga nobreza medieval, de caráter militar, transformara-se em uma nobreza palaciana ou cortesã, que passou a ocupar cargos políticos e, em muitos casos, a viver de forma parasitária, sustentada pelo Estado. A concessão desses privilégios foi fundamental para que o rei conseguisse ampliar seus poderes sobre a nobreza e o clero.

ABSOLUTISMO NA FRANÇA

Foi provavelmente na França que a monarquia absolutista atingiu o seu auge. Durante a dinastia dos Bourbon, o poder político se concentrou nas mãos dos reis até atingir seu ponto máximo no reinado de Luís XIV (1643-1715), que foi proclamado o Rei Sol. No entanto, alguns obstáculos dificultaram o processo de concentração do poder político ao longo da história do absolutismo francês.

Os Bourbon ascenderam ao poder em um período conturbado da história francesa, quando as disputas religiosas dividiam o reino. A expansão do calvinismo provocava conflitos entre católicos e protestantes, opondo a nobreza católica, do Partido Papista, aos nobres e burgueses protestantes, do Partido Huguenote. As guerras de religião, desse modo, dificultaram a consolidação do absolutismo na França.

Nesse contexto, foi planejado o casamento entre Margarida de Valois, a católica rainha Margot, e Henrique de Bourbon, protestante. O casamento de Margot e Henrique foi acertado por suas mães, Catarina de Médici e Jeanne d'Albret. O objetivo era não só consolidar a paz entre católicos e protestantes, mas também estabelecer uma aliança entre os Valois e os Bourbon. Os Valois estavam no trono da França há dois séculos, já os Bourbon nunca haviam chegado ao poder.

A rainha-mãe, Catarina de Médici – que, na prática, governava –, visava, ainda, com o casamento, à consolidação do poder de sua família e à contenção do poder de outra importante família, a dos Guise. A política de Catarina consistia em aliar-se ora a um, ora a outro dos partidos em luta, evitando que um deles tivesse força suficiente para derrubá-la.

Após o casamento de sua filha, a rainha, ao perceber o aumento do poder dos protestantes, tramou, junto ao duque de Guise, o assassinato do almirante Coligny, principal chefe huguenote. A situação saiu de controle e o que se observou foi o massacre dos protestantes comandado pela população francesa, de maioria católica, episódio conhecido como a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando cerca de trinta mil protestantes foram assassinados.



DUBOIS, François. *Massacre de São Bartolomeu*. Entre 1572 a 1584.

O pintor protestante retratou os massacres contra os protestantes na França. Do lado direito, é possível perceber o almirante Coligny sendo duplamente representado. Primeiramente sendo lançado da torre, e já embaixo, sendo esquartejado. A rainha Catarina é representada de preto no fundo e do lado esquerdo, observando os corpos dos protestantes no chão e à frente de um grupo de católicos que tentam impedir os protestantes de saírem do castelo.

A situação só foi pacificada com a ascensão de Henrique de Bourbon ao trono francês. Ao assumir o trono como Henrique IV, o rei, de origem protestante, manteve o catolicismo como religião oficial, mas garantiu relativa tolerância aos huguenotes. Através do Edito de Nantes, ainda que de maneira limitada, direitos religiosos, civis e políticos foram garantidos aos protestantes. Abria-se, assim, espaço para o fortalecimento do poder dos reis franceses, após o fim dos problemas internos. A tolerância estabelecida só foi interrompida no reinado de Luís XIV, que, com o Edito de Fontainebleau, revogava o Edito de Nantes, ordenando a destruição de igrejas huguenotes e o fechamento de escolas protestantes.

Ao refletirmos sobre o jogo político-administrativo monárquico, percebemos que o absolutismo francês definiu-se ao longo da dinastia dos Bourbons, mas sua construção paulatina deparou-se com a disputa de diversas famílias nobres ligadas ao poder vigente. Isso comprova o quão duradoura ainda era a influência política dos nobres sobre a monarquia em curso, que, com a Reforma, diluiu-se em meio ao conflito entre protestantes e católicos. A promulgação do Edito de Nantes, na medida em que pacificava a oposição entre os nobres, impulsionava o absolutismo até que ele chegasse ao seu ápice no solo francês.

Retomando o reinado de Henrique IV, é válido ressaltar que ele se caracterizou pela centralização administrativa e pelo incentivo ao comércio e à agricultura. O Estado arrecadou recursos por meio da concessão de títulos de nobreza aos grandes comerciantes enriquecidos, que passaram a formar a nobreza de toga. Ainda assim, seu reinado terminou de forma trágica, com o seu assassinato.

Luís XIII, seu sucessor, por ainda ser criança, não poderia assumir o trono, que ficou sob controle do cardeal Richelieu. Nesse período, ocorreu o fortalecimento do Exército francês e da centralização administrativa, com a criação de um corpo de funcionários, os intendententes. A França também envolveu-se em um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A centralização completa, entretanto, ocorreu apenas no reinado seguinte, quando Luís XIV assumiu o poder. Ainda assim, o Rei Sol (como ficou conhecido) enfrentou a resistência de alguns grupos sociais contrários à concentração de poder, como foi o caso das frondas, rebeliões iniciadas ainda no período em que o rei era menor. Aproveitando-se do descontentamento generalizado, setores da nobreza e da burguesia lideraram campo e cidade contra o absolutismo monárquico. As revoltas, todavia, acabaram por fracassar.

A centralização promovida por Luís XIV realizou-se por meio do aprimoramento da máquina burocrática, aumentando o controle dos sistemas de cobrança de impostos e gerando maior arrecadação para o Estado. Com essa riqueza acumulada, o ministro de Estado, Colbert, pôde disputar com ingleses e holandeses as áreas do Caribe e do Atlântico Norte.

No plano social, foram reduzidos os controles feudais sobre os campos e as cidades, auxiliando na eliminação das barreiras que impediam a circulação das mercadorias pelas várias regiões da França, favorecendo os burgueses.

As reformas jurídicas também estabeleceram um novo modo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pois a criação dos tribunais ligados ao rei fez com que os camponeses pudessem apelar ao monarca diante da opressão dos poderes locais.

Colaborando para engrandecer o absolutismo real, estava a construção da imagem poderosa do rei, erigida a partir da força da propaganda, dos escritores, historiadores, escultores e pintores convocados para sua glorificação. De acordo com o historiador Peter Burke, as obras de arte que retratavam o rei não deveriam “fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza” (BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.).



RIGAULT, Hyacinthe. *Retrato de Luís XIV*. 1701. Tinta a óleo, 277 x 184 cm. Museu do Louvre, Paris.

Elaborada tal qual um grande teatro, um teatro do Estado, a atuação do rei se transforma em *performance*; os seus trajes viram fantasia. Na verdade, esculpida de maneira cuidadosa, a figura do rei corresponde aos quesitos estéticos necessários à construção da “coisa pública”. Saltos altos para garantir um olhar acima dos demais, perucas logo ao levantar, vestes magníficas mesmo nos locais da intimidade; enfim, trata-se de projetar a imagem de um homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência. Tal qual um evento multimídia, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos afrescos e alegorias, recriado como um Deus nas estátuas e tapeçarias.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 254 p.

Resenha de: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. [Professora do Departamento de Antropologia – USP]. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7701200000100010>. Acesso em: 26 out. 2010.

[Fragmento]

ABSOLUTISMO NA INGLATERRA



Para alguns historiadores, como o inglês Christopher Hill, a monarquia na Inglaterra teria se desenvolvido de maneira particular. A razão para tal fato estaria na existência da Magna Carta (1215) e da instituição que esse documento originou: o Parlamento inglês. Apesar de pouco poder entre os séculos XIII e XVI, quando raramente fora evocado, o documento representava certa restrição ao poderio dos monarcas ingleses.

A ascensão dos Tudor, após sucessivos conflitos – como as Guerras dos Cem anos e das Duas Rosas –, intensificou o processo de unificação inglesa. Foi com Henrique VIII, no século XVI, que a resistência à centralização foi vencida e o poder real se consolidou. Para isso, o rei Tudor reprimiu violentamente a oposição e eliminou a influência da Igreja Católica com a criação da Igreja Anglicana (1534). A Reforma Protestante na Inglaterra, além de estabelecer o rei como chefe supremo da nova Igreja, permitiu o enriquecimento do Estado por meio do confisco de terras e bens do clero católico. Uma vez mais, percebe-se a confluência entre o delineamento do Estado nacional, estabilidade interna (eliminação da oposição social, política e religiosa) e externa (envolvimento em conflitos bélicos) para o pleno desenvolvimento do absolutismo.

Após a morte de Henrique VIII, a Inglaterra passou por um período de instabilidade. Seu sucessor, Eduardo VI, teve um curto reinado, morrendo aos quinze anos, ascendendo ao trono, então, a rainha Maria. A monarca, casada com o rei católico Felipe II da Espanha, restaurou o catolicismo no país, instaurando, por conta disso, a perseguição a anglicanos e a calvinistas, o que lhe rendeu o título de *Bloody Mary* (Maria, a Sanguinária). Após a sua morte, subiu ao trono sua meia-irmã, a rainha Elizabeth I.

O reinado de Elizabeth foi caracterizado por uma agressiva política mercantilista. Os esforços se concentraram na criação de companhias de comércio, no apoio à pirataria e ao desenvolvimento da Marinha inglesa. Além da força comercial, a Marinha de guerra se fortaleceu, culminando na vitória sobre a Invencível Armada espanhola em 1588.



GOWER, George. *O Retrato da armada*. 1588. Óleo sobre madeira, 105 x 133 cm. Woburn Abbey, Reino Unido.

O quadro de 1590, assinado por George Gower, apresenta elementos que caracterizaram o reinado de Elizabeth. As joias representam a realeza e o poder da rainha. As pérolas simbolizam a pureza e castidade de Elizabeth I, que ficou conhecida como “a virgem”. A mão sobre o globo retrata o momento em que o poder inglês se expande pelos outros continentes. Atrás da monarca, é possível ver duas imagens representando, à direita, a tentativa de ataque da Marinha espanhola e, à esquerda, a derrota da Invencível Armada.

No plano religioso, a rainha anulou as medidas de sua antecessora e fortaleceu a Igreja Anglicana. Após sua morte, sem que Elizabeth tenha deixado herdeiros, a dinastia Tudor chegava ao fim. Completa-se, assim, um período de aprofundamento da estrutura estatal inglesa, não apenas no que se refere à política, que ganhou formato absolutista, mas também no que se refere às bases econômicas. Isso foi possível pelo fato de os governos absolutistas serem interventores, com condições necessárias para dirigir a economia segundo os interesses dominantes. Somados tais aspectos, estava tecido o arcabouço necessário para tornar o reino inglês progressivamente uma potência.



Absolutismo

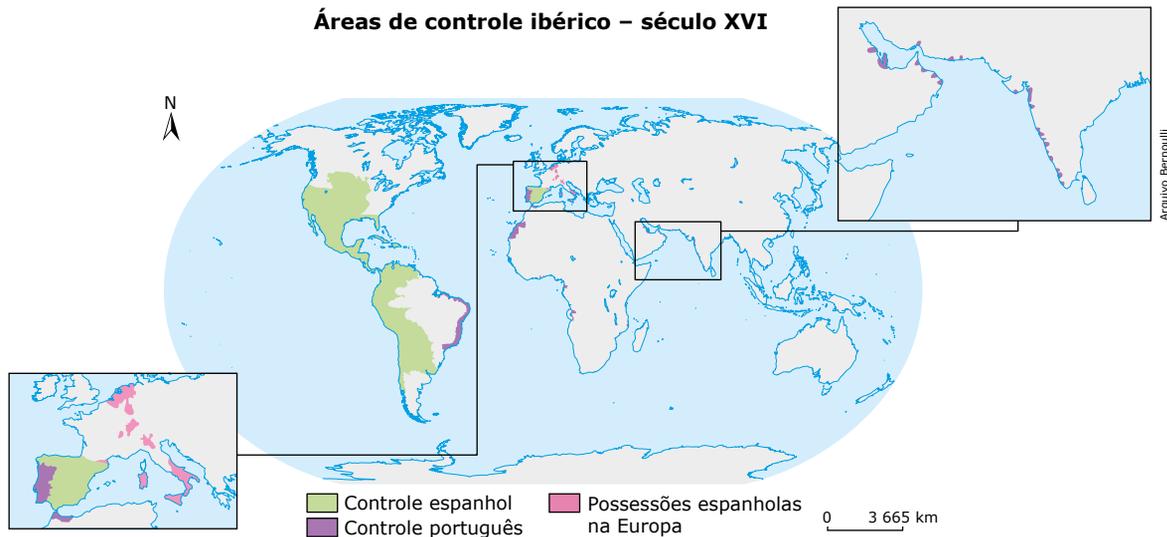
Assista a esse vídeo para entender as diferenças entre o regime monárquico da França e o da Inglaterra.



ABSOLUTISMO NA ESPANHA

A consolidação do poder nas mãos dos reis espanhóis só foi possível após o movimento de Reconquista, processo pelo qual foram expulsos os mouros da Península Ibérica. Nesse contexto, a atuação da Inquisição, sob controle dos reis espanhóis, foi fundamental para o fortalecimento do poder monárquico. A perseguição aos judeus também fez parte desse processo, mostrando a íntima ligação entre a monarquia espanhola e a religião católica. No século XVI, a riqueza em metais preciosos proveniente das possessões americanas fez da Espanha o maior império do continente, dominando regiões na América, na Ásia e na própria Europa durante os reinados de Carlos V e Felipe II.

Áreas de controle ibérico – século XVI



ABSOLUTISMO EM PORTUGAL

Para alguns historiadores, o absolutismo português teria atingido o seu auge durante o reinado de D. João V, no século XVIII. Rei de Portugal entre 1707 e 1750, seu poder pôde ser percebido no incentivo às artes e em construções como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa. Parte da riqueza portuguesa nesse período era originária da região das Minas.

Assim como na Espanha, a relação com a Igreja Católica foi fundamental para a consolidação do poder dos reis portugueses. A instituição do Padroado, que permitia ao Estado intervir na instituição católica, admitia que a Coroa portuguesa interferisse diretamente nos cargos eclesiásticos em seu reino. A atuação do Tribunal da Inquisição também fortaleceu os monarcas ao defender a unidade religiosa em Portugal, permitindo a garantia dos interesses dos mesmos.

TEORIAS DO PODER

Acompanhando o fortalecimento do poder dos reis europeus, surgiram teorias que tentaram justificar tal situação, ou foram apropriadas pelos defensores do absolutismo, explicitando os elos teóricos que permitiam compreender a relevância de tal realidade. Tais teóricos argumentavam a favor de um poder forte e centralizado nas diversas regiões do continente.

Nicolau Maquiavel

O florentino Nicolau Maquiavel viveu entre 1469 e 1527 e observou a fragmentação e a instabilidade da região da Península Itálica no período. A formação da Itália unificada só viria a ocorrer na segunda metade do século XIX e, durante a vida de Maquiavel, tal região foi marcada por diversos conflitos. Na parte central, os Estados da Igreja entravam em constantes disputas com as demais regiões. No norte, enquanto Gênova e Veneza eram importantes repúblicas autônomas, outras localidades estavam submetidas ao Sacro Império Germânico, também uma região de poder fragmentado. De acordo com Maquiavel:

A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Fragmento]

As ameaças francesa e espanhola também pressionavam os pequenos Estados italianos, que muitas vezes eram dominados pelos *condottieri*, mercenários pagos para protegê-los. É diante dessa situação que Maquiavel escreve sua obra mais célebre, *O Príncipe*. O livro, escrito em poucas semanas, eternizou-o como pensador, mas rendeu-lhe má fama, fazendo com que, do seu nome, surgisse o termo “maquiavélico”. Essa imagem foi tão forte que, na Inglaterra, um dos sinônimos para o termo “diabo” era *Old Nick*, o velho Nicolau.

A obra se concentra nas maneiras que o governante possui de alcançar o poder e em como mantê-lo. Para que atinja os seus objetivos, o príncipe deve levar em conta algumas questões cruciais. Em primeiro lugar, deve ser um grande chefe militar, o que garantiria a conquista do poder e a posterior estabilidade, evitando que seu reino seja ameaçado. A partir da tomada do poder, o chefe político precisa ser astuto, já que deve passar da violência, com a qual conquistou o poder, para uma relação em que os governados consentam em submeter-se ao seu domínio.

Visando à manutenção de seu poder, o príncipe deve compreender que a ação política não deve levar em consideração “as coisas como elas devem ser” e sim “como elas são”. O conhecimento da História, da atuação de outros grandes políticos e da realidade em que se vive é fundamental para o planejamento das atitudes do príncipe. Esse tipo de ação, racional e planejada, está vinculado à *virtù*, que pode ser definida como esse conjunto de capacidades do governante. A atuação virtuosa possibilitaria ao príncipe estar preparado para o imprevisível, o acaso, a chamada fortuna.

Não se deve confundir a *virtù* ou ação virtuosa, no entanto, com os valores cristãos. A ruptura com a cultura cristã medieval conferiu a Maquiavel um papel fundamental na fundação da política moderna. Para ele, a ação política não deve estar vinculada aos valores morais e religiosos.

O bom governo, durante o Período Medieval, estava vinculado às atitudes de um príncipe cristão. Já para Maquiavel, o governante deveria pensar mais em seus êxitos do que nos valores morais ou naquilo que é considerado como certo pela religião. De acordo com o autor:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Maquiavel afirma, portanto, que, em certas ocasiões, a prática daquilo que é considerado mau é necessária, por mais que essa postura nem sempre seja necessária.

O Príncipe, escrito para uma importante figura política de Florença, Lourenço de Médici, foi visto por muitos monarcas europeus como um manual para a sua ação, quase sempre violenta. A obra de Maquiavel foi associada a atitudes consideradas tirânicas, como as de Henrique VIII, que teria forjado a sua separação com Catarina de Aragão, dando início ao conflito que levou à ruptura com a Igreja Católica. O massacre dos protestantes na Noite de São Bartolomeu também teria sido planejado por Catarina de Médici – filha de Lourenço, o Magnífico –, influenciada pela leitura da obra. Entretanto, novas leituras da obra de Maquiavel apontam para outras possíveis interpretações. De acordo com o filósofo brasileiro Renato Janine Ribeiro:

O Príncipe foi lido, bem cedo, como um livro de conselhos aos governantes, para quem os fins justificariam os meios (essa frase, aliás, não é de Maquiavel). Ele defenderia o despotismo e a amoralidade dos príncipes. Há aqui, porém, um problema. Maquiavel escreveu *O Príncipe* de um jato só, enquanto se dedicou vários anos a outro projeto – os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, um longo comentário ao historiador da Roma Antiga. Ora, os *Discursos* são uma obra republicana. E, se Maquiavel foi torturado a mando dos Médici, que acabavam de retomar Florença, isso se deveu a ter sido ele um dos líderes da República florentina. O Maquiavel mais extenso é republicano.

RIBEIRO, Renato Janine. *Maquiavel, do diabo à ética*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquiavel-do-diabo-a-etica/r>>. [Fragmento]

De acordo com essas novas leituras, baseadas em obras como *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel se posicionaria de forma favorável à República. Nessa obra, o autor trata de temas como a igualdade, liberdade e participação política a partir da leitura de textos da Antiguidade. Nessa perspectiva, o pensamento de Maquiavel se afasta do maquiavelismo das visões tradicionais a respeito de suas ideias. O trecho a seguir, sobre a República em Roma, ilustra o que foi dito:

Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição. [...] O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade. [...] Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano: atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiões das liberdades romanas.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

Thomas Hobbes

Existiu na Inglaterra um grande medo de 1588: a nação protestante aguardando a invasão espanhola, as povoações ribeirinhas espreitando o desembarque da armada que se temia invencível. Não faltaram alarmes falsos: especialmente na finisterra inglesa, a Cornualha; num desses pânicos, nasceu Thomas Hobbes, de parto prematuro — ‘minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo’, como recordará, autobiógrafo, daí a noventa anos.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. [Fragmento]

O trecho anterior permite a compreensão da história inglesa no período em que viveu Thomas Hobbes (1588-1679). Além da situação descrita, que se prolongou ao longo do século XVII, os ingleses também vivenciaram o conturbado processo da Revolução Inglesa. Foi nesse contexto que o autor inglês produziu sua obra mais importante, *Leviatã*, em que argumenta a respeito da necessidade de se estabelecer um poder forte para que a ordem e a paz sejam garantidas.

Sua teoria se baseia na noção de contrato, que posteriormente também seria utilizada por pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau. De acordo com essa concepção, ao firmarem um contrato, os homens aceitam sair de um estado pré-social, em que vivem isoladamente, o estado de natureza. Se, para Locke, essa teoria foi utilizada como justificativa para o Estado Liberal e, para Rousseau, como justificativa para uma organização democrática, para Thomas Hobbes, a teoria do contrato serviu para justificar um poder forte e centralizado.

Segundo Hobbes, no estado de natureza, que não é situado em nenhum momento histórico específico, existiria o conflito constante. Nesse estágio, em que não há nenhum poder superior que controle os indivíduos, a busca pela satisfação dos desejos os leva a lutarem entre si. A vida é insegura e reina o medo entre os homens, principalmente o medo da morte violenta. No trecho a seguir, Hobbes descreve essa situação:

Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção.

Numa tal situação, não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultura, 1998. [Fragmento]

O que se observa no estado de natureza é a guerra de todos contra todos e a possibilidade de aniquilamento mútuo. Para Hobbes, nesse caso, o homem seria o lobo do homem.

Para sair dessa situação e evitar uma morte violenta, os homens devem fazer um pacto, o contrato social através do qual aceitem perder parte do poder e da liberdade dos quais desfrutam no estado de natureza para uma entidade maior. Dessa forma, o Estado e o soberano surgem como essa força constituída para garantir a ordem e impedir a destruição. O *Leviatã*, monstro de origem bíblica, simboliza essa forma de organização.



BOSSE, Abraham. *Leviatã, ou a matéria, forma e poder de uma riqueza comum, eclesiástica e civil*. 1651. Gravura.

A imagem do Leviatã sintetiza a teoria de Thomas Hobbes. Nela, o rei, coroado, aparece como figura superior aos demais. Em uma das mãos carrega a espada, simbolizando o poder militar, e, na outra, o cetro, que representa a justiça. O corpo do rei é composto de corpos de vários indivíduos, representando a associação das vontades individuais transferidas ao soberano no momento em que o contrato social é estabelecido.

Para Hobbes, apenas o Estado forte e o poder centralizado poderiam garantir a vida em sociedade. Ao abrir mão de parte de sua liberdade, transferindo-a a um poder maior, os homens afastavam o medo e a possibilidade da morte violenta. Segundo Hobbes:

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza [...].

HOBBS, T. Das causas, geração e definição de um Estado. In: _____. *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 103.

Direito divino dos reis

As teorias do direito divino dos reis, que tiveram sua origem no Período Medieval, atingiram o seu apogeu no século XVII nos países católicos da Europa. Segundo tais teorias, a necessidade de concentração do poder dos reis era explicada a partir da religião: a soberania dos reis não podia ser contestada, já que havia sido concedida diretamente por Deus. O rei era considerado um representante de Deus na Terra e, por conta disso, opor-se ao seu poder seria não só um crime, mas um pecado. Desse modo, os caminhos necessários à edificação do absolutismo real são delimitados de forma a serem pouco questionados, já que uma autoridade ainda maior, isto é, Deus, atestava a legitimidade real em um contexto histórico no qual a esfera religiosa ainda tinha vital importância no cotidiano do europeu.

A crença na divindade dos monarcas permanecia junto à cultura do homem moderno. Desde a Idade Média, era comum a crença de que, caso os reis tocassem os doentes, conseguiriam curá-los. O ritual se manteve na Idade Moderna, dando origem à expressão "o rei toca, Deus cura".

A partir dessa concepção sobre o poder real, surgiu a percepção dos dois corpos do rei: o primeiro deles, mortal, assemelha-se aos demais e está sujeito aos mesmos vícios e defeitos comuns aos súditos; o segundo, sagrado, representa o corpo divino do rei, que o diferencia dos demais e que não morre.

Dedicaram-se à teoria do direito divino principalmente os franceses, sendo que o próprio Luís XIV escreveu sobre o poder sagrado da figura real, associando o Estado à pessoa do rei.

Jean Bodin

Em sua obra *Seis livros sobre a República*, Jean Bodin (1530-1596) defende a necessidade da concentração de todo o poder nas mãos do rei, poder esse que não poderia ser contestado. Bodin negava a necessidade de existência do Poder Legislativo e defendia a total submissão dos súditos.

Suas teorias ganharam muita força durante o período em que a França passava por conflitos intensos, em razão das disputas religiosas. A monarquia, que era vista como a melhor forma de garantir a ordem pública e a soberania dos reis, não estando sujeita às leis, poderia criar, revogar e modificar a legislação. De acordo com Bodin:

Não há necessidade de insistir muito para mostrar que a monarquia é a melhor, visto que [...] tem somente um chefe; e todas as leis da natureza nos guiam para a monarquia; seja observando esse pequeno mundo que é nosso corpo, no qual existe para todos os membros um só chefe do qual dependem a vontade, o movimento e o sentimento; seja observando esse grande mundo, que tem um soberano Deus; seja observando o céu, que tem um só Sol.

BODIN, Jean. *Los seis libros de la Republica*. Madrid: Tecnos, 1992.

Jacques Bossuet

O bispo Jacques Bossuet (1627-1704) educou o filho de Luís XIV. Em seu livro, *A política extraída das sagradas escrituras*, pretendia ensinar ao Delfim, futuro rei da França, os princípios do absolutismo. Para o autor, a monarquia seria a melhor forma de organização política, já que garante a estabilidade, por sua tradição. A origem do Estado advém de um decreto divino, da mesma forma que o poder do monarca. Os súditos devem se submeter aos governantes, que, por sua vez, devem atuar com poder incontestável. O único capaz de retirar o poder dos reis seria Deus, aquele que o havia concedido. Para Bossuet:

Todo o poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus [...]. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor.

BOSSUET, Jacques. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*. [A política extraída das sagradas escrituras](1709). França: Dalloz, 1864. [Obra póstuma] (Tradução nossa).

ETIQUETA NO ANTIGO REGIME



Entre os séculos XV e XVIII, a etiqueta consistia em um conjunto de regras e costumes que regiam o comportamento e o cotidiano da sociedade. Roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço e tipos de comida eram definidos pelas normas da etiqueta.

O apogeu dessas práticas deu-se na Corte francesa de Luís XIV, no entanto, a etiqueta fez-se presente nos hábitos de outros reinos. Por meio dessas regras, esperava-se que as hierarquias fossem mantidas, em especial aquelas que se relacionavam aos nobres, que procuravam sobreviver após a perda do poderio feudal, sustentando-se como articuladoras do jogo político junto ao monarca.

Em Portugal, os modos de tratamento variavam de acordo com o grupo social a que o indivíduo pertencia. Existiam regras determinando quem poderia ser tratado com vós, vossa mercê e vossa majestade, esse último reservado aos reis. As cores das roupas também podiam simbolizar a posição do homem nessa sociedade, como na Inglaterra, onde uma lei reservou a cor púrpura como exclusiva da família real.

As boas maneiras determinavam os hábitos durante as refeições e o comportamento em locais públicos e privados, como pode ser percebido no trecho a seguir de um manual de 1671:

Se todos estão se servindo do mesmo prato, evite pôr nele a mão antes que o tenham feito as pessoas da mais alta categoria, e trate de tirar o alimento apenas da parte do prato que está à sua frente. Ainda menos deve pegar as melhores porções, mesmo que aconteça você ser o último a se servir. Cabe observar ainda que você sempre deve limpar a colher quando, depois de usá-la, quiser tirar alguma coisa de outro prato, havendo pessoas tão delicadas que não querem tomar a sopa na qual mergulhou a colher depois de a ter levado à boca. E, ainda mais, se está à mesa de pessoas refinadas, não é suficiente enxugar a colher depois de a ter levado à boca. Não deve usá-la mais, e sim pedir outra. Além disso, em muitos lugares, colheres são trazidas com o prato, e estas servem apenas para tirar a sopa e o molho. Você não deve tomar a sopa na sopeira, mas colocá-la no seu prato fundo. Se ela estiver quente demais, é indelicado soprar cada colherada. Deve esperar até que esfrie. Se tiver a infelicidade de queimar a boca, deve suportar isto pacientemente, se puder, sem demonstrar, mas se a queimadura for insuportável, como às vezes acontece, deve, antes que os outros notem, pegar seu prato imediatamente com uma mão e levá-lo à boca e rapidamente passá-lo ao laçao atrás de sua cadeira.

COUTIN, Antoine de. Novo tratado de civilidade.
In: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. [Fragmento]

Na França, os rituais da família real eram acompanhados pela nobreza em Versalhes. Assistir ao rei acordar e fazer suas refeições era um hábito comum que auxiliava na construção de sua imagem. Os rituais de exaltação do monarca ajudaram a ampliar o culto à figura do rei, visto como um sujeito superior aos seus súditos. A observância desses modos poderia representar para a nobreza alguns benefícios e a obtenção de favores. Segundo Norbert Elias:

Todos dependiam, em maior ou menor grau, da pessoa do rei. Portanto, a menor alteração da atitude do rei para com qualquer deles tinha muita importância porque tornava visível uma alteração do seu mérito aos olhos do rei e da sua posição face à sociedade de Corte. Mas esta relação de dependência determinava também, por um encadeamento de elos secundários, o comportamento dos cortesãos uns com os outros.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (PUC Rio) Durante o século XVII, a Europa Ocidental presenciou mudanças políticas importantes na forma de organização dos Estados. A centralização política do século XVI deu lugar à política absolutista.



Assinale a alternativa que define a política absolutista do século XVII de modo correto.

- A) Poder do Estado, concentrado nas mãos do rei e de sua burocracia, sustentado pelos setores burgueses urbanos.
- B) Poder real, personalizado na figura do rei absoluto, tendo como base social os senhores feudais e os setores camponeses.
- C) Poder de polícia, estruturado na violência e organizado por milícias mercenárias, diretamente ligadas aos setores da pequena nobreza.
- D) Poder absoluto do rei, produzido pelo controle das finanças e pelo apoio social dos setores camponeses.
- E) Poder divino, associado ao poder temporal, sustentado pela aliança entre o clero e os senhores feudais.

02. (FGV) A denominada Sociedade do Antigo Regime, tipo de organização social peculiar à maior parte da Europa, na Idade Moderna, teve como característica jurídica principal:

- A) A tributação exclusiva das camadas mais pobres, formadas por artesãos, servos e pequenos proprietários.
- B) O desenvolvimento de uma cultura correspondente aos valores da burguesia, que adaptou o poder, a arte, a ciência e a filosofia aos ideais de trabalho e geração de riquezas.
- C) O princípio da desigualdade, com o estabelecimento de direitos e privilégios de acordo com a posição social de seus membros, definida por nascimento.
- D) A monarquia absolutista, consolidada com base no poder econômico da alta burguesia, a adoção do parlamentarismo constitucional e a implementação dos direitos fundamentais do cidadão.
- E) A tolerância religiosa e a elaboração de leis que estabeleceram monarquias laicas que coibiram perseguições religiosas e políticas.

03. (Mackenzie-SP) Na França de Luís XIV, o Estado dinástico atingiu maturidade e começou a evidenciar algumas de suas características clássicas: burocracia centralizada; proteção real para impor fidelidade; sistema de tributação universal, mas aplicado de maneira injusta; supressão da oposição política pelo uso do protecionismo ou, se necessário, da força e cultivo das artes e ciências como meio de aumentar o poderio e prestígios nacionais. Essas políticas permitiram à monarquia francesa alcançar estabilidade política, implantar um sistema uniforme de leis e canalizar a riqueza e os recursos nacionais a serviço do Estado como um todo.

PERRY, M. *Civilização Ocidental*.

O texto apresenta características importantes a respeito do Antigo Regime (XV-XVIII). Dessa forma, é correto afirmar que tal período foi marcado pela tríade

- A) Iluminismo-mercantilismo-sociedade estamental.
- B) Absolutismo-liberalismo-sociedade estamental.
- C) Absolutismo-mercantilismo-sociedade estamental.
- D) Iluminismo-mercantilismo-sociedade sectária.
- E) Absolutismo-capitalismo monopolista-sociedade estamental.

- 04.** (UFRGS-RS) O sistema monárquico absolutista, que atingiu seu apogeu sob o reinado de Luís XIV, apresenta-se como o modelo de gestão política característico do período histórico moderno.

Sobre esse sistema, é correto afirmar que ele

- A) não era arbitrário, pois o monarca não podia transgredir certas leis e costumes fundamentais do reino.
- B) foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de cidadania, ao afirmar as liberdades individuais em contraposição ao sistema político medieval.
- C) apresentava, entre seus princípios teóricos, a noção de que a potência soberana do Estado emana do povo.
- D) foi enaltecido pelos iluministas, notadamente pelo filósofo Montesquieu, admirador da tripartição do poder político adotada pelo absolutismo.
- E) não foi bem-sucedido como forma de governo, pois desprezava a racionalização burocrática da máquina estatal.

- 05.** (UFMA) Assinale a alternativa que descreve corretamente o absolutismo inglês nos séculos XVI e XVII.

- A) Foi o sistema de governo que aumentou o poder do rei, à semelhança de outras nações europeias, e que levou à formação do parlamentarismo como instrumento político para reafirmar os interesses da nobreza agrária protestante contra a burguesia comercial católica.
- B) Foi o sistema de governo que contribuiu para o avanço inglês no comércio e na indústria, reforçado pela chamada Invencível Armada, a frota de navios que consolidou a sua hegemonia nos mares, garantindo a implantação do mercantilismo e da expansão colonial.
- C) Foi o regime caracterizado pela descentralização política, através do crescente papel do Parlamento e do enfraquecimento do papel do monarca por uma Constituição, ao mesmo tempo em que os interesses de burgueses, nobres, comerciantes e camponeses foram politicamente harmonizados.
- D) Foi o regime marcado pela ascensão da dinastia Tudor, responsável direta pela extinção do Parlamento, o que gerou intensos conflitos internos e externos, com o enfraquecimento do comércio internacional e com a perda das colônias na América.
- E) Foi o regime que favoreceu a consolidação do mercantilismo, através da aliança entre a burguesia mercantil e a nobreza, destruindo progressivamente os vestígios do feudalismo no campo e rompendo com a Igreja Católica, gerando intensos conflitos políticos e religiosos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 01.** (UFOP-MG) O período do governo de Luís XIV foi marcante para a história francesa e europeia.

Com relação a esse período, é correto afirmar que

- A) correspondeu à época da Noite de São Bartolomeu, evento que ficou registrado na história como um símbolo da violência gerada por conflitos religiosos.
- B) no seu governo foi marcante a presença do ministro Richelieu, o mais influente conselheiro do rei.
- C) foi um período de grande centralização do Estado na França com o desenvolvimento de uma política externa belicista e de uma articulada política mercantilista.
- D) foi favorável à liberdade religiosa, já que Luís XIV desenvolveu uma política de defesa à prática do protestantismo na França.
- E) caracterizou-se pela vigência das ideias iluministas, já que Luís XIV desenvolveu uma política de livre circulação de ideias, sendo conhecido como um “déspota esclarecido”.

- 02.** (UEG-GO–2020) Leia o texto a seguir:

Nasce daí o debate: se é melhor ser amado que temido ou o inverso. Dizem que o ideal seria viver-se em ambas as condições, mas, visto que é difícil acordá-las entre si, muito mais seguro é fazer-se temido que amado, quando se tem de renunciar a uma das duas.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008. p. 80.

A famosa citação de *O Príncipe* explica a estratégia de funcionamento das monarquias absolutistas, nas quais o rei

- A) vale-se da prática de suplícios e execuções públicas, como enforcamento e decapitações, para reforçar o temor de seus súditos.
- B) promove a transformação dos servos em soldados por meio de recrutamento compulsório e treinamento militar rigoroso e cruel.
- C) rompe com a Igreja, uma vez que o exercício do poder não pode ser conciliado com a doutrina de amor universal dos evangelhos.
- D) estimula a perseguição de heréticos, tornando-se, a partir da permissão do Papa, o chefe honorário do Tribunal da Santa Inquisição.
- E) permite a livre manifestação da opinião dos intelectuais para difundir uma imagem pública ambígua que perpassa pelo temor e o amor.

- 03.** (UFJF-MG) O processo de centralização do poder real e da unificação territorial, associado ao crescente controle do Estado sobre a economia, conduziu a maior parte dos países europeus à constituição de monarquias nacionais absolutistas. Esse processo teve, contudo, importantes variações regionais.

Enumere o segundo grupo de acordo com o primeiro e, em seguida, marque a alternativa correta.

- (1) Portugal (4) Inglaterra
 (2) Espanha (5) Alemanha
 (3) França
- () O processo de centralização do poder real e de unificação territorial foi dificultado devido à força da nobreza feudal luterana.
- () A unidade política foi fraca devido à persistência de diversidades regionais e pluralidade cultural e religiosa, que pode ser exemplificada pela guerra de Reconquista.
- () Foi o primeiro país europeu a se unificar territorial e politicamente, em grande parte devido ao apoio da nobreza e da burguesia ao rei.
- () O processo de centralização real e de unificação territorial foi reforçado pela vitória na Guerra dos Cem Anos, que desenvolveu o sentimento nacional, identificando a figura do rei com a grandeza do país.
- () No processo de unificação territorial, nobreza e burguesia colocaram restrições ao poder do rei, através da criação de um parlamento.

- A) 5, 2, 1, 3, 4 D) 3, 1, 2, 5, 4
 B) 4, 2, 1, 5, 3 E) 5, 1, 2, 3, 4
 C) 4, 2, 1, 3, 5

- 04.** (UFPR) Tenho insistido também que a monarquia deve ser atribuída exclusivamente aos varões, já que a ginecocracia vai contra a lei natural; esta deu aos homens a força, a prudência, as armas, o poder. A lei de Deus ordena explicitamente que a mulher se submeta ao homem, não só no governo de reinos e impérios, mas também na família. [...] Também a lei civil proíbe à mulher os cargos e ofícios próprios ao homem. [...] É extremamente perigoso que uma mulher ostente a soberania. [...] No caso de uma rainha que não contraia o matrimônio – caso de uma verdadeira ginecocracia –, o Estado está exposto a graves perigos procedentes tanto dos estrangeiros como dos súditos, pois caso seja um povo generoso e de bom ânimo suportará mal que uma mulher exerça o poder.

BODIN, Jean. *Los seis libros de la republica*. Edição espanhola de 1973. p. 224.

A citação extraída do livro do jurista francês Jean Bodin (1530-1596), publicado em 1576, refere-se ao exercício do poder soberano por mulheres, algo que seria contrário às leis da natureza, à lei de Deus e às leis civis, de acordo com o pensamento político da época. Contudo, uma importante monarca contemporânea a Bodin, Elizabeth Tudor, exerceu o poder político em condições adversas e muitas vezes ameaçadoras à sua integridade física, e seu longo reinado foi considerado pelos historiadores como a “época dourada” da Inglaterra. Sobre a monarquia e o exercício do poder soberano, é correto afirmar:

- A) Durante o século XVI, o poder soberano das monarquias europeias foi enfraquecido, devido ao renascimento dos impérios e do papado.
- B) A lei sálica, presente nas constituições de alguns reinos europeus, permitia que as mulheres exercessem o poder soberano, e é contra essa lei que se coloca Jean Bodin.
- C) O conceito de poder soberano foi determinante para o exercício da tirania dos reis absolutistas no século XVI, que governaram sozinhos ao fechar os parlamentos.
- D) Elizabeth exerceu o poder soberano por tanto tempo porque aceitou dividi-lo com a Igreja Anglicana.
- E) O poder soberano de monarcas como Elizabeth se fundamentava no princípio de não reconhecer poder superior ao do rei, a não ser o poder divino.

- 05.** (UFT-TO) Finalmente, esse medo social que ardia permanentemente em fogo lento constituiu uma das mais poderosas forças motrizes do controle social que todos os membros da classe superior exerciam sobre si mesmos e sobre outros membros do círculo em que viviam. Expressava-se na intensa vigilância com que observavam e poliam tudo o que os distinguiu das pessoas de categoria mais baixa; não apenas nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras. A pressão constantemente exercida a partir de baixo e o medo que induzia em cima foram, em uma palavra, algumas das mais fortes forças propulsoras – embora não as únicas – do refinamento especificamente civilizado que distinguiu os membros dessa classe superior das outras e, finalmente, para eles se tornou como que uma segunda natureza.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização* v. 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 251.

- O texto anterior faz referência às mudanças sociais em curso na passagem do período medieval para o moderno, envolvendo a nobreza, a burguesia e o campesinato. Com base nas considerações do autor é correto afirmar que
- A) as guerras e o monopólio foram os únicos elementos que marcaram o domínio das classes superiores em relação às demais.
- B) durante o período moderno, a ascensão econômica seria quesito único para garantir a aceitabilidade da burguesia pela nobreza.
- C) a civilidade demonstrada nos gestos, na fala, nas maneiras e nas distrações era um indicador das diferenças entre as camadas superiores e as demais.
- D) a vigilância de uma classe sobre as outras se restringia às ações comerciais e de segurança.
- E) para a classe superior, no século XVI, não havia necessidade de controlar as falas e os gestos de seus membros. O que deveria ser controlado eram as falas e os gestos da burguesia e do campesinato.

06. (UEL-PR-2020) Analise a figura a seguir e responda à questão.



RIGAUD, F. J. H. *Retrato de Luís XIV*. 1701. Óleo sobre tela, 277 x 184 cm. Museu do Louvre (Paris, França).

Com base na figura e nos conhecimentos sobre o reinado de Luís XIV, na França, assinale a alternativa correta.

- A) Como fonte histórica, a pintura é considerada produção estética destituída de articulações com a sociedade do período.
- B) Essa pintura representa, da perspectiva política, símbolos do Absolutismo, ao tornar reconhecida a figura do rei.
- C) O monarca Luís XIV dispunha de autoridade limitada, recordando a divisão iluminista do poder em três esferas.
- D) A extensão de direitos de cidadania ao Terceiro Estado foi um dos principais traços políticos do período.
- E) A característica política do reinado de Luís XIV foi a separação entre a instituição religiosa e o Estado.
07. (Unesp) É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. Deixando de parte, pois, as coisas ignoradas relativamente aos príncipes e falando a respeito das que são reais, digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor. Isto é, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis; alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces; alguns são cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; humanitários ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou indecisos; graves ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. 1983 (Adaptação).

Identifique, exemplificando com passagens do texto, a concepção de Maquiavel acerca da maneira como o governante deve se comportar. Indique dois elementos, presentes ou não no texto, que permitam associar o pensamento de Maquiavel à visão de mundo dos humanistas.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa, com base nela, reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- A) entravam em conflito.
- B) recorriam aos clérigos.
- C) consultavam os anciãos.
- D) apelavam aos governantes.
- E) exerciam a solidariedade.

02. (Enem)



Charge anônima. BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Nesse sentido, a charge apresentada demonstra

- A) a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- B) a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta real, o privado.
- C) o vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei despretenso e distante do poder político.
- D) o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- E) a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

03. (Enem) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- A) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- B) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- C) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- D) neutralidade diante da condenação dos servos.
- E) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

04. (Enem)

I. Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.

Entre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto a seguir:

II. Nem todas as guerras são injustas, e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 30.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que,

- A) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.
- B) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
- C) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
- D) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
- E) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

05. (Enem) O que chamamos de Corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de "criados de livre". A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na Corte; entre os que não se satisfiziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 18 (Adaptação).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência à "classe média", descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social, a fim de

- A) aproximar da nobreza cortesã à condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º Estado.
- B) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- C) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º Estado.
- D) distinguir, dentro do 3º Estado, as condições em que viviam os "criados de livre" e os camponeses.
- E) comprovar a existência, no interior da Corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. C
- 03. C
- 04. A
- 05. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. A
- 03. A
- 04. E
- 05. C
- 06. B
- 07. Maquiavel, nesse trecho, fornece algumas opiniões acerca da maneira ideal de comportamento dos príncipes, a saber: (1) o príncipe deve ser amoral, no trecho "[...] é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade [...]", e (2) o príncipe deve agir sempre com o intuito de manter-se no poder, no trecho "[...] é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível [...]". Podemos associar o pensamento de Maquiavel aos extratos humanistas, uma vez que tal pensador valorizava, sobretudo, a condição humana, exaltando as qualidades e o papel dos príncipes sob a ótica da racionalidade de governar. Nesse sentido, podemos apresentar dois elementos de ligação: (1) o racionalismo e (2) a exaltação da figura humana.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. E
- 03. E
- 04. B
- 05. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %